

CIÊNCIAS POLICIAIS E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU:

um olhar sobre produções de policiais militares em Minas Gerais em um mestrado profissional em Administração com ênfase em Segurança Pública

Marcilene da Silva¹⁹

RESUMO

Analisa a produção acadêmica em nível stricto sensu elaborada por policiais militares em um Mestrado Profissional em Administração com ênfase em Segurança Pública ofertado em uma Instituição de Ensino Superior localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte e defendidas nos anos de 2014 e 2016. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa documental que utiliza-se da Análise de Conteúdo de 11 dissertações. Os objetos de análise estão relacionados à gestão do trabalho policial; retratam situações vivenciadas pelos pesquisadores e ao cotidiano na Instituição. Em conjunto, as pesquisas evidenciam a busca dos policiais por formação qualificada em nível de pós-graduação stricto sensu, o que fornece as ferramentas acadêmicas necessárias para o processo de construção das Ciências Policiais.

Palavras-chaves: Ciências Policiais; Segurança Pública; Gestão Policial.

¹⁹ Doutora em Educação (Universidade de São Paulo). Mestre em Educação (Universidade Federal de Minas Gerais). Graduada em Pedagogia (UFMG). Professora na Faculdade de Minas Gerais.

ABSTRACT

It analyzes the academic production at a stricto sensu level elaborated by military police officers in a Professional Master's Degree in Administration with an emphasis on Public Security offered at a Higher Education Institution located in the Metropolitan Region of Belo Horizonte and defended in 2014 and 2016. Methodologically, this is about of a documentary research that uses the Content Analysis of 11 dissertations. The objects of analysis are related to the management of police work; they portray situations experienced by researchers and the daily life at the institution. Together, the researches show the police officers' search for qualified training at the stricto sensu postgraduate level, which provides the necessary academic tools for the process of construction of Police Sciences.

Keywords: Police Sciences; Public security; Police Management.

1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX apresentaram um número significativo de produções acadêmicas com foco na Segurança Pública, em sua maioria estudos são realizados por pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas. Esses trabalhos debatem, entre outras questões, temáticas relacionadas à prestação dos serviços, atuação dos agentes e o papel do Estado nesse processo.

Em anos recentes os estudos na área das Ciências Policiais têm lançado o olhar para as atividades desempenhadas pelos policiais a fim de compreender a cultura policial como produtora de saberes específicos. Rompe-se com um modelo de análise que vê a polícia apenas como reativa e não produtora de saberes. A polícia não existe como um organismo a parte, ao contrário ela compõe o tecido social e seu fazer-se é produtor de um tipo de ciência.

Ao compreender as Ciências Policiais como uma área de conhecimento abre-se possibilidades para o estudo sistemático do saber fazer policial a partir de um lugar próprio, sendo suas ações orientadas por uma racionalidade empírica. A existência da polícia gravita em torno do controle da criminalidade, em virtude de suas atribuições constitucionais, e da perspectiva que vê o Estado como o ente que possui o monopólio do uso da força. Contudo, o fazer da polícia ultrapassa os eventos de natureza puramente criminal para atuar na promoção da justiça, consolidando os valores sociais e os direitos fundamentais.

A atuação da polícia em eventos de natureza não criminal conforma o saber fazer do policial em serviço e permite problematizar a epistemologia da prática que compreende olhares sobre observar o que a polícia faz e definir o conhecimento e a verdade possíveis pela própria prática; o critério a ser observado é o da intersubjetividade praticada pelo policial; o conhecimento policial encontraria validade na operação concreta de policiais concretos e não em uma definição ideal, apriorística e atemporal do que deveria ser.

A Segurança é um direito constitucional que por vezes não se efetiva de forma plena. A gama da população que vive em regiões miseráveis e periféricas dos centros urbanos tem sua cidadania comprometida pela pobreza extrema, desemprego, falta de instrução, de trabalho, o que pode vir a acarretar e/ou potencializar a desorganização social, momento no qual a polícia entra em cena para atuar frente a uma multiplicidade de papéis que vão desde a ação repressiva até a mediação dos conflitos, é sobretudo nestes intervalos que o saber policial é ressignificado.

Assim sendo, pode-se dizer que o saber fazer da atividade policial está permeado por diferentes instâncias formativas: os cursos das Academias de Polícias, os períodos de estágios, o cotidiano na caserna, o trabalho nas ruas, na administração das unidades, entre outras, o que diversifica o objeto de conhecimento e traduz-se pela possibilidade de se refletir a praxis de polícia situada no campo do conhecimento científico.

Posto isso, apresenta-se, neste artigo, num exercício de Análise de Conteúdo, dos objetos de estudos de dissertações de mestrado, classificados em cinco categorias de leituras: 1) ações que apresentam inovação, impactos e/ou mudanças na gestão dos serviços da polícia; 2) caráter jurídico que embasam as ações ou atuações do policial militar; 3) contribuições da formação continuada para a gestão do conhecimento na Polícia Militar; 4) avaliação da efetividade de alguns serviços prestados pela Polícia Militar; e 5) gestão de pessoas e desenvolvimento de competências profissionais na PMMG.

O investigador, no processo de escolha do seu problema de pesquisa, se vê confrontado entre duas grandes perspectivas que é a seleção do objeto investigado e o devido enquadramento dentro de uma estrutura já existente, determinada pelo escopo das linhas de pesquisas. Esse é o norte inicial do processo de pesquisar que nem sempre é feito de forma tranquila, já que supõe por vezes o abandono de ideias iniciais, a recondução do olhar, a readequação do objeto entre outras coisas. Somado a isso, tem-se o diálogo com as fontes, a orientação, o crivo das instituições e dos comitês de ética.

A pesquisa acadêmica é polissêmica, já que seus significados vão sendo construídos não apenas pelo sujeito que pesquisa ou por seu objeto, mas as circunstâncias em que se pesquisa também modelam os objetos. No contexto da pesquisa realizada por policiais existem particularidades que devem ser conhecidas a priori. Seus lugares institucionais, seus saberes e a estrutura em que se inserem.

2 AS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS PELOS POLICIAIS MILITARES

Este artigo tem por objetivo mapear a produção acadêmica sobre o tema específico da pesquisa realizada por policiais militares no Mestrado Profissional em Administração com ênfase em Segurança Pública, realizado em uma IES privada localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, buscando compreender como os estudos contribuem para a construção do campo das Ciências Policiais. Para tanto realiza-se uma análise descritiva e inventariante, a partir da qual se busca compreender o que as pesquisas falam sobre temas determinados. Busca-se apreender dos textos aqui reunidos a maneira como o conhecimento policial vem sendo sistematizado pelas pesquisas. De acordo com Ferreira (2002) por Estado da Arte ou do Conhecimento compreende-se:

[...] um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários[...] [...] seria possível fazer um esforço de interrogar a história da produção acadêmica sobre determinada área do conhecimento, optando por ler apenas dados bibliográficos e resumos dos trabalhos? O que significa ler esse lugar (catálogos), instituição de divulgação dos trabalhos, tomando-o como fonte documental para um mapeamento da produção acadêmica, em pesquisas denominadas “estado da arte”?

Nesse sentido, a reunião das dissertações propostas busca identificar temas específicos, elencar investigações que se aproximam, mapear os referenciais teóricos que subsidiam as investigações, apreender as proposições dos pesquisadores e identificar os temas relevantes, recorrentes ou emergências relativos a pesquisa policial.

Na apresentação dos textos privilegiou-se a seguinte ordem: apresentação do objeto em análise; enquadramento quanto ao tipo de pesquisa; reflexão sobre a leitura dos dados e por fim, as possíveis sugestões ou contribuições do pesquisador. Em termos analíticos as 11 dissertações de mestrado selecionadas foram organizadas em quatro grupos, sendo:

1º grupo - quatro pesquisas que correlacionam a prática policial e questões de legalidade, estando o Direito na base das discussões;

2º grupo - duas pesquisas que estão relacionadas ao portfólio de serviços prestados pela Polícia Militar de Minas Gerais;

3º grupo - quatro pesquisas que discutem formação e competências profissionais;

4º grupo - uma pesquisa que reflete o olhar da mídia sobre o uso da força na atividade de polícia.

O Quadro 1 apresenta as dissertações analisadas neste artigo. Nele estão o título da pesquisa, o autor, o orientador/coorientador e o ano de defesa pública e aprovação.

Quadro 1 – Dissertações de Policiais Militares defendidas no Mestrado Profissional em Administração, ênfase em Segurança Pública – 2014 – 2016

Nº	TÍTULO	AUTOR/A	ORIENTADOR/A E COORIENTADOR/A	ANO DE DEFES
1	Inovações inseridas na Administração Pública a partir da CF/88 e suas consequências, visando apurar os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais Militares contra civis em tempo de paz	Flávio Antonio da Silva Augusto	Jorge Tadeu de Ramos Neves (Orientador) Fabiano Ferreira Furlan (Coorientador)	2014
2	Inovações introduzidas na justiça do Brasil com a promulgação da emenda constitucional nº 45/2004	Gilmar Luciano Santos	Jorge Tadeu de Ramos Neves	2014
3	Inovações introduzidas pela Lei 11.719/08 e suas contribuições ao rito do procedimento penal militar	Cláudio Moisés Rodrigues	Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos	2015
4	A Teoria Relativa da Pena como Instrumento de Gestão na Prevenção de Desvios de Conduta na Polícia Militar de Minas Gerais	Lucas Mateus de Souza Emídio	João Antonio Neto	2015
5	A rede de demanda de Segurança Pública: Uma avaliação do Programa de Rede de Vizinhos Protegidos	Marcelo Ramos de Oliveira	Tarcísio Afonso	2015
6	Gestão da Prevenção à Violência Doméstica contra a mulher: análise da atuação do 34º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais na Região Noroeste de Belo Horizonte - 2014	Cláudio Marcos Santos de Oliveira	Ronaldo Lamounier Locatelli (Orientador) Francis Albert Cotta (Coorientador)	2015
7	Desenvolvimento de Competências Profissionais na Polícia Militar de Minas Gerais: Estudo sobre o curso de formação de soldados	Gilson Correia Heiderique	Eloisa H. Rodrigues Guimarães	2015
8	Contribuições do Treinamento Policial Básico para a Gestão do Conhecimento na Polícia Militar de Minas Gerais	Jadielson da Silva Nobrega	Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos	2015
9	O Papel da Mídia na Divulgação do Emprego de Força Policial: um Estudo Exploratório	Naassom Gonçalves de Paula	Afonso Tarcísio	2015
10	As competências demandadas dos integrantes das agremiações musicais da Polícia Militar de Minas Gerais	Marco Aurélio da Cruz Corrêa	Maria Celeste Reis Lobo de Vasconcelos	2016
11	Gestão de Recursos Humanos e Competências Profissionais: Estudo de Caso na Polícia Militar de Minas Gerais	Sonia Rúbia Matos Figueiredo	Reginaldo de Jesus Lima (Orientador) Francis Albert Cotta (Coorientador)	2016

Fonte: Fundação Pedro Leopoldo.

1º Grupo - Pesquisas com ênfase na temática dos Direitos

O pesquisador Flávio Augusto (2014) tratou sobre as possíveis Inovações na administração pública instituídas a partir da Constituição Federal de 1988 relativa a eficácia e eficiência na apuração de crimes dolosos praticados por policiais militares contra civis em tempo de paz na cidade de Belo Horizonte entre os anos de 2012 a 2014. O autor refletiu sobre a mudança na competência para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares que foi atribuída ao Tribunal do Júri desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, cabendo a Polícia Judiciária Militar a apuração em relação a autoria do crime.

A pesquisa, de base bibliográfica e documental, foi realizada com base nos dados da Corregedoria da PMMG, da Divisão Especializada de Homicídios da Polícia Civil e da Superintendência da Polícia Federal. A pesquisa documental analisou os processos do Primeiro e Segundo Tribunais de Júri da Comarca de Belo Horizonte. O referencial teórico constituído por autores clássicos do Direito e Administração.

O autor mapeou os homicídios consumados ou tentados ocorridos entre 2012 e 2014 que foram imputados a responsabilidade a policiais militares, sendo baixa a relação entre o número de inquéritos instaurados e aqueles com suspeição de autoria de policiais militares. Dos 2.257 inquéritos instaurados de 2012 a 2014 apenas 74 recaem a suspeição de autoria de policiais militares. O autor destacou a divergência entre os bancos de dados da PMMG, do CINDS, que é um setor ligado à Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS) e Polícia Civil de Minas Gerais. Essa divergência põe em risco a confiabilidade dos dados oficiais relativos a homicídios. Para o pesquisador

[...] não há integração de informações apuratórias entre os órgãos de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, revelando que a ideia de integração, que é uma inovação na Administração Pública, está comprometida, na medida em que

não existe alinhamento de objetivos, o que poderia reduzir os gastos, melhorando a eficiência e a eficácia do aparelho estatal (AUGUSTO, 2014, p.57).

Em suas considerações finais retomou alguns pontos importantes de seu trabalho tais como: a divergência de informações relativas aos bancos de dados; as dificuldades de acesso aos processos no fórum; a duplicidade de apuração feita pela Polícia Civil e Polícia Militar no caso dos crimes de homicídio de autoria atribuída a policiais militares, os custos de um inquérito elaborado pela Polícia Civil ou Polícia Militar. Para o autor, embora seja uma inovação a utilização de dois procedimentos na apuração do mesmo fato, como forma de dar transparência à gestão pública, isso onera sobremaneira o erário público. Assegura-se a eficácia, mas compromete-se a eficiência à medida que os recursos humanos, logísticos e operacionais são utilizados de modo não racional.

O pesquisador sugere a criação de uma base informatizada dos dados públicos relativos a homicídios e dos processos que tramitam na justiça não classificados como “segredo de justiça”, os dados disponíveis para consulta on-line permitiria melhor acesso e acompanhamento por parte dos envolvidos e/ou interessados, e por fim a elaboração de uma diretriz pelo Ministério Público regulamentando as apurações a fim de se evitar a duplicidade de apurações, o que melhoraria a eficiência, a eficácia e a credibilidade estatal.

O pesquisador Gilmar Luciano Santos (2014), em sua dissertação, intitulada: Inovações introduzidas na justiça do Brasil com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004 analisou as mudanças no âmbito da Justiça Militar no Brasil. O estudo se propõe ao aperfeiçoamento da doutrina jurídica do Direito Militar no Brasil e em Minas Gerais, visando instrumentalizar as ações dos oficiais militares que exercem a magistratura no âmbito da Justiça Militar Estadual.

Utilizando-se de fontes documentais, o autor analisou a Emenda Constitucional nº 45/2004; a Constituição do Estado de Minas Gerais; o Código de Processo Penal Militar e a Lei de Organização Judiciária de Minas Gerais. O referencial teórico foi constituído por autores clássicos do Direito e do Direito Militar. E como se tratou de uma dissertação inserida em uma linha de pesquisa que estuda inovações, o autor adequou sua análise buscando captar a gestão da inovação na Administração Pública.

Santos (2014) elaborou um quadro comparativo das mudanças na Justiça Militar da União e do Estado com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004 elencando as mudanças que foram propostas. Objetivando apreender as inovações de produto, de processo e da organização. O estudo demonstrou que houve alterações apenas no âmbito da Justiça Militar Estadual, não tendo grandes alterações para a Justiça Militar da União.

Diz o autor que embora as alterações trazidas pela EC/45 sejam significativas elas ainda não extrapolaram os muros da Justiça Militar, uma vez que os cursos de Direito raramente abordam a literatura sobre o tema. Outra observação feita pelo autor se refere a aplicação ou não das inovações estabelecidas pela Emenda por parte dos operadores da justiça e do direito, tais como juízes de direito, promotores de justiça, juízes militares e advogados. Um dos exemplos é quanto à atribuição da polícia judiciária militar (investigar) crimes de homicídio praticados pelo militar contra civil. O autor afirma que:

Parte da doutrina entende que a EC/45 inovou e retirou a natureza jurídica do crime militar, sendo portanto comum e, outra parte da doutrina entende que inovou mas não retirou a natureza de crime militar (SANTOS, 2014, p. 81).

O Santos (2014) reconhece que houve relevantes inovações de produto (Justiça Militar da União e do Estado-Membro); de processo (Justiça Militar da União e do Estado-Membro); e organizacional (apenas a Justiça Militar

do Estado-Membro), porém seus impactos não compõem objeto de estudo em sua dissertação. Como destaque o autor registrou sua discordância quanto ao deslocamento da presidência do Conselho de Justiça da pessoa do oficial superior mais antigo para o Juiz de Direito do Juízo Militar. Ressaltou que a impressão é que ao presidir o Conselho o oficial estaria agindo de forma parcial em relação ao réu e que o deslocamento da presidência coibiria a possível parcialidade. De acordo com Gilmar Luciano, tal perspectiva é falaciosa uma vez que o “órgão é colegiado e todas as decisões são públicas, logo, a transferência da presidência para o juiz civil nada mais foi do que uma manobra política do legislador para atacar a autoridade militar presente” (SANTOS, 2014, p.82).

Claudio Moisés (2014), em: Inovações introduzidas pela Lei nº 11.719/08 e suas contribuições ao rito do procedimento penal militar, analisou as inovações incorporadas ao procedimento penal comum ordinário, desde a criação do instituto da absolvição sumária e suas contribuições para o rito do Procedimento Penal Militar Ordinário. Foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Na metodologia optou por realizar entrevistas semi-estruturadas. Nos documentos foram analisados os procedimentos ordinários, bem como as inovações e alterações advindas da Lei nº 11.719/08. Foram entrevistados os juízes do Juízo Militar da Justiça Militar de Minas Gerais. Sob a ótica dos entrevistados os resultados apontam que a Lei nº 11.719/08 representa inovação para o rito procedimental da Justiça Comum. Contudo, o magistrado aponta divergências quanto ao aspecto das contribuições da aplicação dessas inovações ao rito militar, tendo em vista suas características próprias.

No caso do procedimento militar, não houve unanimidade nas respostas dos magistrados, para alguns a Lei nº 11.719/08 inovou especialmente em relação a inversão do interrogatório e o instituto da absolvição sumária, aplicados na Justiça Militar, contribuindo para a eficiência e a eficácia do processo, preservando a dignidade do militar submetido a julgamento na Justiça Militar.

Outra parte dos entrevistados reconheceu a inovação advinda da Lei nº 11.719/08 para o ordenamento jurídico brasileiro, mas sem aplicação ao rito militar. O autor ressaltou que o mesmo magistrado que defende a não aplicação da referida lei no rito militar, afirmaram que por vezes se veem forçados a aplicar em especial a inversão do interrogatório em decorrência de serem voto vencido nos julgamentos colegiados.

Em relação à Justiça Militar as principais objeções em relação a aplicação do instituto seria a especificidade da legislação militar e suas regras específicas. O autor destacou que alguns magistrados da Justiça Militar defendem uma interpretação inovadora em busca de uma atuação eficiente do processo, visando uma adequação do rito militar que é de 1969 às inovações trazidas para a legislação comum em decorrência da evolução da sociedade e da nova realidade constitucional de respeito à dignidade da pessoa humana, na qual se incluem os militares.

Por fim, o autor registrou que uma das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de sua pesquisa esteve relacionada ao tempo para a entrevista, em decorrência da atividade jurisdicional dos magistrados, bem como o pouco conhecimento dos entrevistados em relação aos tipos de inovação apresentados nesse trabalho. Cláudio Moisés enfatizou as contribuições de sua pesquisa para ampliar as discussões no âmbito acadêmico, especialmente nas Escolas de Formação da Academia de Polícia Militar.

O pesquisador Lucas Mateus de Souza Emídio (2015) realizou a dissertação intitulada: A Teoria Relativa da Pena como instrumento de Gestão na prevenção de desvios de conduta na Polícia Militar de Minas Gerais, nela objetivou compreender o caráter preventivo da pena como instrumento para coibir os desvios de conduta, avaliando o rigor com que se aplicam as sanções na Polícia Militar e a reincidência na prática de desvios de conduta, compreendidos como os crimes e transgressões disciplinares. A pesquisa analisou dados de 2009 até 2015. O tipo de pesquisa adotada foi a bibliográfica descritiva e documental, buscando-se fundamentação teórico-doutrinária para o desenvolvimento do objeto de

estudo. Na pesquisa documental valeu-se de fontes primárias como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Código Penal Brasileiro (CPB) de 1940, o Código Penal Militar (CPM) de 1969, a Lei Estadual n. 14.310/02 (CEDM), o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA) de 2012, dentre outras.

O autor definiu os objetivos específicos de sua investigação a partir da descrição da finalidade preventiva da aplicação da sanção na administração pública, a identificação do tratamento dado às informações alusivas às sanções aplicadas pela PMMG, quanto ao princípio da publicidade, verificação do nível de conhecimento da tropa da PMMG quanto ao número e aos motivos alusivos às sanções aplicadas aos militares, identificação no âmbito da PMMG de mecanismos voltados à divulgação ou não das sanções aplicadas pela instituição, análise da eficiência, eficácia e a efetividade das sanções aplicadas na PMMG .

Por meio de entrevistas o autor identificou alguns pontos essenciais que tratam dos mecanismos punitivos, sua divulgação e conhecimento pela tropa, assim sendo, os resultados da pesquisa apontam que a Administração Militar deve estar atenta ao princípio da Publicidade na Administração Pública, fundamentada na transparência do agir, sendo essencial ampla divulgação como mecanismo que informa ao público suas ações no cumprimento de suas funções. A Publicidade do Ato é indispensável para sua eficácia, conhecimento e controle, ressalvados pela própria norma as hipóteses legais de sigilo. O autor buscou apreender o nível de conhecimento da tropa quanto a frequência e os motivos alusivos às sanções aplicadas aos militares, a maioria dos entrevistados desconhece onde são publicadas as punições e com qual frequência. Isso se deve ao fato destas punições serem publicadas em Boletim Interno de caráter reservado.

Relativamente ao critério da não divulgação das sanções aplicadas pela Instituição, constatou-se que no Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais existe uma determinação expressa para que não se divulgue as

sanções aplicadas aos militares. A legislação que proíbe a divulgação das sanções em âmbito da Instituição. No artigo 25 do Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais, parágrafo segundo têm-se que:

[...] § 2º – As sanções disciplinares de militares serão publicadas em boletim reservado, e o transgressor notificado pessoalmente, **sendo vedada a sua divulgação ostensiva** [...] (Lei 14.310/2002, 2002) (Grifo nosso).

O autor ao analisar a eficiência, eficácia e a efetividade das sanções aplicadas na PMMG, salientou que alguns princípios devem ser obrigatoriamente observados, sob pena de não se alcançar os efeitos desejados e/ou provocar outros indesejados. Alguns princípios estão claramente expressos em leis e normas administrativas, e demais outros estão implícitos na conformação do ato.

Para o autor os atos da Administração Pública inserem práticas respeitadas ancoradas na legalidade e moralidade, observando-se os critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Sendo a eficiência definida pelo fazer certo determinada “coisa” no sentido de ação (evento) ou resultado de uma ação. A eficiência refere-se ao agir de forma correta com uso racional de tempo e recurso. A eficácia refere-se ao cumprimento dos objetivos para determinada ação. Se não há eficácia compromete-se as expectativas em relação ao nível de satisfação esperado em determinado processo. Ser eficaz é atender os requisitos, atingir metas, cumprir cronogramas. Já a efetividade é medida pelo grau de satisfação e capacidade de transformar uma atividade, conduta, serviço. Trata-se de um conceito de difícil apreensão uma vez que necessita de que pesquisas de opiniões possam produzir os dados que traduzam efetividade. Para alcançar essas expectativas, a administração pública não pode prescindir de mecanismos de coordenação e de controle e, sobretudo, planejamento.

Com base nos dados de sua pesquisa o autor conclui que a PMMG:

[...] não obstante cumprir o princípio retributivo da pena, ao punir com rigor seus militares, deixa de ser eficiente, segundo o princípio preventivo, ao deixar de divulgar as sanções aplicadas aos militares que descumprem as normas. Conclui-se também que, ao deixar de divulgar estas sanções, a instituição também deixa de observar o princípio constitucional da publicidade. A instituição também não é eficaz na prevenção de delitos, já que, ao deixar de ser eficiente, não leva aos seus integrantes às informações referentes às punições disciplinares, de forma que os mesmos se sintam desencorajados ao cometimento de desvios de conduta. Por último a instituição não é efetiva, pois, apesar de muito se punir, os militares continuam cometendo desvios de conduta, transgressões disciplinares e crimes (EMÍDIO, 2015, p. 111).

Por fim, o autor ressalta que a PMMG deve estar atenta às políticas de prevenção à prática de desvios de conduta, tendo especial atenção na divulgação das punições disciplinares entre os militares. Como sugestão o autor propõe a criação de estratégias que possibilitem superar essas deficiências fazendo com que todos os militares tenham acesso aos Boletins que hoje têm caráter reservado, uma boa estratégia poderia ser a divulgação do ato sem identificação do policial punido, utilizando, por exemplo, as iniciais de seus nomes tal como já se faz em outros registros.

2º Grupo - Pesquisas com ênfase no portfólio de serviços da PMMG

O pesquisador Marcelo Ramos de Oliveira (2015) em sua dissertação, intitulada: A Rede de demanda de Segurança Pública: Uma Avaliação do Programa de Rede de Vizinhos Protegidos investigou a origem desse

serviço e avaliou seus pontos fortes e fracos após uma década de existência, sob a ótica de seus partícipes, buscando estudos e experiências similares fora do Brasil.

De acordo com os dados, a Rede de Vizinhos Protegidos em Minas Gerais teve sua implantação iniciada em 2004, sob a coordenação da PMMG, tendo como objetivo principal estabelecer uma rede de contatos na comunidade, objetivando a prevenção à criminalidade, por meio do estreitamento das relações entre comunidade e polícia. O estabelecimento da rede se deu em decorrência de dois motivos principais: o medo da comunidade em relação ao aumento da criminalidade em suas regiões, o segundo, associado ao reconhecimento da polícia militar como agente catalisador e fomentador da rede.

Independentemente das razões iniciais que levaram a formação em rede, a permanência do programa depende da escolha do perfil do coordenador que deve atuar como uma liderança capaz de motivar os moradores para o sucesso do projeto. Em relação a efetividade da rede os coordenadores enfatizam a importância da presença da polícia. E outra relação importante para o sucesso do programa na visão dos coordenadores é a mudança de comportamento da possível vítima e na aproximação dos moradores entre si e com a polícia, porém faz-se necessário, tanto o engajamento da comunidade, quanto da polícia.

Em 2011 a PMMG redigiu a Instrução nº 3.03.11, que regula a implantação de Redes de Vizinhos Protegidos e redes de Proteção nas Comunidades do estado de Minas Gerais, elencando os pressupostos, a sistematização e o desenvolvimento das atividades inerentes ao programa. Desde então a PMMG tem investido na melhoria e aperfeiçoamento do programa para que ele, conjuntamente com outras ações, possa servir para conter o avanço da criminalidade e promover a aproximação entre sociedade e polícia. A polícia acredita que a emergência de redes articuladas e integradas são estratégias importantes para se ampliar a malha da segurança do cidadão.

O autor ressaltou que a pesquisa foi conduzida com o objetivo principal de analisar os pontos fortes e os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades em uma rede de segurança pública sob a ótica de uma organização de vizinhos protegidos. Os objetivos específicos orientaram o foco das entrevistas e subsidiaram a leitura dos resultados. Na perspectiva da aplicação da matriz SWOT, o autor avaliou as dificuldades associadas à existência da Rede de Vizinhos Protegidos, e constatou a falta de presença policial relatada pelos coordenadores de rede. Inferiu-se pelas análises que a implementação do programa ocorre e, posteriormente é comum observar a ausência da polícia. É necessária uma constante avaliação retroalimentação das ações para a manutenção do programa.

A pesquisa do tipo descritiva e documental valeu-se de estudos específicos e da produção de dados obtidos por meio de entrevistas com os coordenadores de rede, sendo os dados produzidos remetidos para análise do idealizador do programa em Minas Gerais. Dentre os resultados da pesquisa, destaca-se o potencial de redução da criminalidade que tem o programa, além da capacidade de envolver a sociedade civil e outros órgãos públicos, como as prefeituras, na produção de serviços em Segurança Pública. Concluiu-se que o programa Rede de Vizinhos Protegidos, enquanto rede social é um mecanismo que agrega valor à rede de demanda da segurança pública.

Para o autor a principal limitação da pesquisa constituiu-se do número reduzido de redes que serviram a análise. Portanto, sugere-se para novas pesquisas, uma amostra diversificada, envolvendo outras unidades da polícia militar, na capital e no interior, Ressalta-se, ainda, a possibilidade de realização de pesquisas envolvendo redes diferenciadas, tendo como amostra comerciantes, industriais, fazendeiros e outras redes de segurança pertinentes.

Em Gestão da Prevenção à Violência Doméstica contra a mulher: Análise da Atuação do 34º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais na Região Noroeste de Belo Horizonte, o pesquisador Claudio Marcos Santos de Oliveira (2015) analisou a atuação da Patrulha de Prevenção à Violência

Doméstica (PPVD) do 34º BPM, projeto piloto, proposto pela Polícia Militar de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte. A pesquisa, de caráter exploratório e de natureza quali-quantitativa tomou como sujeito pessoas vítimas de violência doméstica para as quais foram aplicados questionários. Outro grupo entrevistado foram os policiais que atuam na área da referida unidade policial na prevenção e/ou auxiliam às vítimas. Todos os policiais entrevistados afirmaram ser a mulher a principal vítima da violência doméstica.

Em relação às vítimas registra-se que em 2014 (período analisado) 100% havia recebido atendimento e orientação com base na Lei Maria da Penha. 70% das mulheres em situação de violência doméstica receberam atendimento em Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres. 20% chegaram para o Ministério Público (MP) e 10% ao Centro de Referência Assistência Social.

Ressalta o autor que 80% dos entrevistados afirmaram que houve solução do problema e 20% disseram que o problema foi resolvido em parte. Os resultados apontam atuação eficiente da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica do 34º junto às vítimas bem como o efetivo cumprimento do protocolo de atendimento multidisciplinar constante na instrução da 1ª Região de Polícia Militar. A pesquisa pode avaliar a satisfação das mulheres com o atendimento recebido tendo por base as respostas dos questionários aplicados.

O estudo sugeriu a ampliação dos serviços às demais pessoas em situação de violência doméstica que se encontram em situações vulneráveis e, muitas vezes, incapazes de se defender, tais como as crianças, idosos, enfermos e os deficientes.

Para efetividade do programa, o autor destacou a necessidade de um criterioso processo de seleção dos integrantes dos grupos operacionais de primeira e segunda respostas empenhados nas atividades. Os critérios variam desde a observância quanto ao perfil dos militares, níveis de formação, equipe composta por policiais homens e mulheres,

preferencialmente formação em nível superior em áreas que possam subsidiar teoricamente as ações, tempo mínimo de permanência no serviço de dois anos, cobertura em dois turnos, entres outras.

Associado a essas questões tem-se que para a efetividade e eficácia do Serviço de Prevenção da PPVD devem-se atingir as seguintes metas: 1) metas físicas - estruturação logística adequada à realização integral do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica (materiais adequados e viaturas com plotagem específicas que as caracterizem como PVD), 2) metas qualitativas - com o efetivo funcionamento do Serviço de PVD.

3º Grupo – Pesquisas que discutem formação e competências profissionais

Gilson Correa Heiderique (2016) elaborou a dissertação: O Desenvolvimento de Competências Profissionais na Polícia Militar de Minas Gerais: estudo sobre o curso de formação de soldados. Nela, afirmou que a sociedade requer, a cada dia, uma polícia mais competente para atender suas necessidades de Segurança Pública. Diante disso, a Academia de Polícia Militar consonante às exigências sociais dedica-se, continuamente, a desenvolver competência profissional dos seus militares. Sua dissertação teve como objetivo analisar a percepção dos egressos do Curso de Formação de Soldados sobre o desenvolvimento das suas competências profissionais. A análise foi fundamentada em uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quali-quantitativa, cujos dados foram coletados por meio de um questionário com perguntas, respondido por 726 militares egressos da Escola de Formação de Soldados da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, no ano de 2014. Os resultados demonstraram que os militares avaliam que os conteúdos ministrados a eles durante o seu processo formativo promoveram o desenvolvimento adequado das competências profissionais requeridas nas atividades operacionais em que estão envolvidos.

Jadielson da Silva Nobrega (2015) analisou em sua dissertação: *As Contribuições do Treinamento Policial Básico para a Gestão do conhecimento na Polícia Militar de Minas Gerais*, as principais contribuições do Treinamento Policial Básico (TPB) para o desenvolvimento da Gestão do Conhecimento (GC) na Polícia Militar de Minas Gerais. Para atingir o objetivo proposto realizou um estudo de caso. Foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo com entrevistas semi-estruturadas e grupo focal. Os dados coletados foram submetidos à análise, mediante comparação com a literatura sobre o assunto. Os resultados apontaram como principais contribuições do TPB o estabelecimento de rotina para renovação e preservação do conhecimento organizacional, fortalecimento de uma cultura de compartilhamento e aplicação do conhecimento organizacional e estabelecimento de uma cultura de continuidade administrativa. Observaram como pontos de melhoria: necessidade de maior esforço da liderança para implementação da GC no CTP; discussão das principais etapas da CG e respectivos resultados aos integrantes do CTP, para que possam melhor contribuir com o desenvolvimento da GC na PMMG; complementação do acervo da biblioteca da APM; mudança no processo de compartilhamento por meio da modalidade à distância do TPB e mudança no treinamento de tiro policial.

O pesquisador Marco Aurélio da Cruz Correa (2015) em: *As competências demandadas dos integrantes das agremiações musicais da Polícia Militar de Minas Gerais*, investiga quais são as competências musicais demandadas dos integrantes das agremiações musicais da PMMG. A pesquisa foi realizada a partir da experiência dos músicos integrantes do Centro de Atividades Musicais (CAM), órgão que tem a responsabilidade de gerenciar as orquestras e as bandas da PMMG no estado, a partir da análise das competências necessárias de músicos no contexto de uma instituição militar. No tocante à metodologia, foi realizada análise de campo em duas partes, quais sejam: primeiro, pelo uso de um questionário fechado aplicado a todos os integrantes das agremiações musicais da PMMG; segundo, por uma lista enviada apenas para os maestros das

agregiações musicais, na qual eles listavam as competências fundamentais ao músico das agregiações a partir de suas percepções. Os resultados obtidos revelaram: as competências genéricas dominadas pelos profissionais músicos da PMMG; os tipos de competências predominantes nos profissionais músicos da PMMG; as influências das variáveis demográficas nas competências dos músicos; as competências fundamentais na percepção dos maestros e as competências a serem desenvolvidas.

A dissertação da pesquisadora Sonia Rúbia de Matos Figueiredo (2015), intitulada: *Gestão de Recursos Humanos e Competências Profissionais: estudo de caso na Polícia Militar de Minas Gerais*, analisou em que medida a área de gestão de pessoas da PMMG influencia o desenvolvimento de competências profissionais. Metodologicamente, realizou-se pesquisa de natureza qualitativa por meio de estudo de caso. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionários, entrevistas e análise de documentos. Foram entrevistados os policiais responsáveis pela atividade de gestão de pessoas em diversas unidades, no estado de Minas Gerais. Para análise de dados, empregou-se a modalidade do discurso do sujeito coletivo. Os resultados revelaram que a gestão de pessoas é fundamental para o alcance dos objetivos institucionais. Os dados da pesquisa mostram que a área de gestão de pessoas pode potencializar o desenvolvimento de competências, por meio do efetivo acompanhamento do trabalho policial e da proposição de medidas profiláticas para os desvios de conduta. Para tanto, deve superar diversos desafios, tais como a fragilidade de capacitação dos servidores e a inexistência de um sistema integrado de gestão, com destaque para as tecnologias de informação.

4º Grupo – Pesquisa que avalia atividade de polícia e relação com a mídia

O pesquisador Naassom Gonçalves de Paula (2015), em *O Papel da Mídia na Divulgação do Emprego de Força Policial: um estudo exploratório*

estudou o papel da mídia em sua relação com a divulgação das ações das forças de segurança pública, detendo-se na maneira como se divulga o emprego de força policial. A pesquisa teve como objetivo analisar os pontos negativos e positivos da mídia jornalística, sob a ótica do cidadão, das forças policiais e da própria mídia, ao divulgar o emprego de força policial. A dissertação foi fundamentada em uma pesquisa de caráter exploratório com abordagem qualitativa. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas em uma amostra intencional composta por oito pessoas, sendo: dois jornalistas, dois oficiais da PMMG, dois delegados de Polícia Civil de Minas Gerais e dois cidadãos expostos à mídia. Os resultados demonstraram que a mídia exerce um papel importante ao divulgar coberturas às ações policiais, pois mostra uma polícia atuante. Isso aumenta a sensação de segurança para a sociedade e reduz os índices de criminalidade, gerando segurança objetiva. Quando a mídia divulga ações inadequadas da polícia, sem sensacionalismo e exagero, pode ser útil à própria corporação, apontando ações a serem evitadas. Em alguns casos, existem matérias parciais, que distorcem os fatos. Por motivação sensacionalista criticam as ações da polícia, o que pode manipular opiniões.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As investigações científicas realizadas por policiais, capacitados academicamente em nível de pós-graduação stricto sensu, se constituem instrumentos para reflexão sobre os saberes e práticas policiais. As dissertações aqui reunidas mostram a multiplicidade dos estudos e abarcam as ações policiais nos níveis gerencial e operacional.

Essa produção leva a refletir sobre a atividade de policiamento como um processo em constante transformação, que é alterado por força da lei, pelos costumes sociais ou por necessidade de readequação. A polícia molda sua atuação de acordo com as exigências sociais e legais, transforma sem perder a essência do mandato policial.

Isso faz pensar na relação dialética dos saberes policiais que se constroem na sua Academia e nas relações que se estabelecem cotidianamente com os serviços prestados aos cidadãos. É na ação direta com os grupos sociais que a polícia revê seus protocolos. É importante ressaltar que isso não ocorre apenas no controle à criminalidade, mas, sobretudo quando a polícia atua na preservação dos direitos de cidadania.

A investigação científica no meio policial pode servir como um elo que aproxima Instituição e comunidades à medida que permite estabelecer diálogos. O policial pesquisador é desafiado a expor os problemas enfrentados pela Instituição no exercício de suas atividades.

As pesquisas aqui apresentadas estão permeadas por múltiplos olhares sobre o fazer policial sejam orientados pela legislação, pela prestação de serviços ou pela formação continuada. O que reafirma a constante ação-reflexão-ação dos policiais-pesquisadores na produção de seus saberes.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. Pesquisas intituladas estado da arte em foco. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, Itapetinga, v. 2, n. e021014, p. 1-23, 2021.

Disponível em:

<https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/article/view/524>

Acesso em: 20 dez. 2021.

MORIN, Edgard. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (org.). **O pensar complexo Edgard Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

FIGUEIREDO, Sônia Rúbia de Matos. **Gestão de recursos humanos e competências profissionais**: estudo de caso na Polícia Militar de Minas

Gerais. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2016.

CORRÊA, Marco Aurélio da Cruz. **As competências demandadas dos integrantes das agremiações musicais da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2016.

PAULA, Naassom Gonçalves de. **O papel da mídia na divulgação do emprego de força policial: um estudo exploratório**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2016.

NÓBREGA, Jadielson da Silva. **Contribuições do treinamento policial básico para a gestão do conhecimento na Polícia Militar de Minas Gerais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2015.

OLIVEIRA, Cláudio Marcos Santos. **Gestão da Prevenção à Violência Doméstica contra a mulher: análise da atuação do 34º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais na Região Noroeste de Belo Horizonte**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2015.

SANTOS, Gilmar Luciano. **Inovações introduzidas na Justiça do Brasil com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Ramos de. **A rede de demanda de segurança: uma avaliação do Programa de Rede de Vizinhos Protegidos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2015.

HEIDERIQUE, Gilson Corrêa. **Desenvolvimento de Competências Profissionais na Polícia Militar de Minas Gerais**: estudo sobre o Curso de Formação de Soldados. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2016.

EMÍDIO, Lucas Mateus de Souza. **A Teoria Relativa da Pena como instrumento de gestão na prevenção de desvios de conduta na Polícia Militar de Minas Gerais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2015.

AUGUSTO, Flávio Antônio Silva. **As inovações inseridas na administração pública a partir da Constituição Federal de 1988 e suas consequências, visando apurar os crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares contra civis em tempo de paz**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2014.

PEREIRA, Cláudio Moisés Rodrigues. **Inovações introduzidas pela Lei nº 11.719/08 e suas contribuições ao rito do procedimento penal**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração, ênfase em Segurança Pública) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2015.